

INCLUSÃO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO CONTEXTO MIGRANTE

SOCIAL INCLUSION AND THE IMPORTANCE OF LANGUAGE IN THE MIGRANT CONTEXT

LA INCLUSIÓN SOCIAL Y LA IMPORTANCIA DEL LENGUAJE EN EL CONTEXTO MIGRANTE

Ádani Lopes Brito

Universidade Católica Dom Bosco

ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-5059-9435>

Resumo: Diante da crise humanitária que o mundo vem enfrentando, o tema das migrações tem vindo à tona cada vez mais. Porém, algo que nem sempre se dá a devida importância, é a aquisição da língua vigente no país acolhedor que, na maior parte das situações de refúgio ou migração é a ferramenta mais eficaz para que estes indivíduos tenham a oportunidade de serem independentes em outro país. O presente artigo busca mostrar como a língua se faz a porta de entrada para uma vida digna, e a saída para muitos percalços enfrentados por este caminho árduo que migrantes e refugiados percorrem todos os dias. Além de explicitar como o saber ou não-saber o idioma vigente no país que recebe o indivíduo migrante influencia na vivência e retomada da dignidade de vida de tais indivíduos. Busca-se ainda neste artigo, expor como acontece o processo de inclusão e exclusão de migrantes e refugiados, processo esse que vai além da língua, mesmo que esta seja a solução para grande parte destes. Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado, buscando explorar todo o processo de inclusão e exclusão social de migrantes e refugiados e no que o aprendizado do idioma vigente no país que o recebe, influencia em sua retomada da autonomia de vida. Utiliza-se como embasamento teórico autores como São Bernardo (2006), Gonçalves (2019), Grosso (2008, 2010), Bakhtin (2006).

Palavras-chave: Migração. Língua. Inclusão. PLA.

Abstract: Faced with the humanitarian crisis that the world has been facing, the issue of migration has increasingly come to the fore. However, something that is not always given due importance is the acquisition of the current language in the host country, which, in most situations of refuge or migration, is the most effective tool for these individuals to have the opportunity to be independent in another country. This article seeks to show how language becomes the gateway to a dignified life, and the way out for many mishaps faced by this arduous path that migrants and refugees travel every day. In addition to explaining how knowing or not knowing the current language in the country that receives the migrant individual influences the experience and recovery of the dignity of life of such individuals. This article also seeks to expose how the process of inclusion and exclusion of migrants and refugees

takes place, a process that goes beyond language, even if this is the solution for most of them. This article is part of a master's research in the same area, seeking to explore the entire process of social inclusion and exclusion of migrants and refugees and how learning the current language in the country that receives them influences their resumption of life autonomy. Authors such as São Bernardo (2006), Gonçalves (2019), Grosso (2008, 2010), Bakhtin (2006) are used as a theoretical basis.

Keywords: Migration. Language. Inclusion. PLAc.

Resumen: Frente a la crisis humanitaria que viene enfrentando el mundo, el tema de la migración ha cobrado cada vez más protagonismo. Sin embargo, algo a lo que no siempre se le da la debida importancia es la adquisición del idioma vigente en el país de acogida, que, en la mayoría de las situaciones de refugio o migración, es la herramienta más eficaz para que estas personas tengan la oportunidad de ser independientes en otro país. Este artículo busca mostrar cómo el lenguaje se convierte en la puerta de entrada a una vida digna, y la salida a muchos percances que enfrenta este arduo camino que recorren día a día las personas migrantes y refugiadas. Además de explicar cómo el saber o no saber el idioma vigente en el país que recibe a la persona migrante influye en la vivencia y recuperación de la dignidad de vida de tales personas. Este artículo también busca exponer cómo se da el proceso de inclusión y exclusión de las personas migrantes y refugiadas, proceso que va más allá del lenguaje, aunque sea la solución para la mayoría de ellos. Este artículo forma parte de una investigación de maestría en la misma área, que busca explorar todo el proceso de inclusión y exclusión social de las personas migrantes y refugiadas y cómo el aprendizaje de la lengua actual en el país que los recibe influye en su retomo a la autonomía de vida. Se utilizan como base teórica autores como São Bernardo (2006), Gonçalves (2019), Grosso (2008, 2010), Bakhtin (2006).

Palabras-clave: Migración. Idioma. Inclusión. PLAc.

Introdução

A migração populacional é algo que há muitas décadas ocorre mundo afora, porém, neste século, os fluxos de migrantes e refugiados cresceram mais rapidamente, trazendo à tona debates a respeito das políticas de acolhimento, justamente por conta de todas as crises e conflitos que o mundo vem enfrentando, principalmente entre as populações do Oriente Médio que buscam abrigo em países do mundo todo.

A ONU “estima que ocorreu um incremento de 3,6 milhões de migrantes no período 2010-2013, sendo 1,1 milhão na Europa; 1,0 milhão na

Ásia; 0,6 milhão na América do Norte e 0,5 milhão no continente africano” (LIMA, 2017, p. 22).

Dados de 2020 da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) demonstram que, no fim de julho de 2021, a quantidade de refugiados contabilizadas pelo órgão, ultrapassou a faixa dos “20,8 milhões, ou seja, 172.000 pessoas a mais do que no final de 2020” (ACNUR, 2021).

Ao contrário do que se pode pensar, o número de refugiados está em franca ascensão, superando, em proporção, a taxa de crescimento da própria população mundial. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), por dia, 34 mil pessoas são obrigadas a migrar. Nove a cada dez refugiados foram acolhidos por países em desenvolvimento: o impacto nestes Estados e comunidades é enorme. (MARQUEZ, 2017, p.09)

Frente ao significativo crescimento das taxas de migração populacional mundo afora, estudos acerca da temática vem surgindo cada vez mais, buscando além de expor a situação, buscar a melhoria de vida de tais indivíduos através de um acolhimento humanitário, correto e que busque minimizar danos ocorridos na trajetória e vivência migrante.

A mobilidade humana representa em nossos dias um grande desafio às políticas nacionais e internacionais. O crescente fluxo de milhões de migrantes tem acentuado o fenômeno da urbanização nos grandes centros dinâmicos e nas áreas urbanas tanto das regiões desenvolvidas como dos países emergentes. Os diferenciais de renda entre países e as condições precárias das regiões de origem têm também contribuído para ampliar os desafios da mobilidade. (FLORÊNCIO, 2017, p.07)

Um dos estudos que vem tomando espaço é a importância e relevância do idioma do país que recebe o migrante, principalmente se levarmos em conta que a língua é responsável por grande parte da interação social e desenvolvimento de relações interpessoais, afinal, é o ponto principal da comunicação.

A língua sempre foi o meio de comunicação mais eficaz que existiu, seja ela falada ou não, tem um poder sobre a sociedade, fortalecendo relações, sendo o ponto principal para que haja entendimento entre as partes. Sim-Sim (2002), argumenta sobre isso dizendo que através da língua (idioma) “que se processam a maior parte de nossas interações pessoais e é ainda devido à especificidade linguística do ser humano que nos é possível transferir a informação de e para outros tempos e lugares”.

Frente a isso, um dos maiores problemas enfrentados por estes indivíduos, advindos de outras nações, é a falta do conhecimento da língua, já que é mediante a língua que as relações humanas se constituem, sendo incontestável a importância desta para um acolhimento mais eficiente para esta população. Porém, mesmo sendo um dos pontos mais importantes na acolhida ao migrante e refugiado, é um dos problemas que estes encontram ao chegarem aos seus destinos, já que o não saber o idioma falado se torna uma grande barreira para estes.

O refugiado, assim como todo ser humano, tem sua identidade construída através da língua. A língua materna, representa para o ser humano, não apenas um símbolo da sua nacionalidade, mas, também, a sua identidade cultural. É importante que os refugiados além de expostos à diversidade cultural, possam continuar usando a sua língua materna mesmo no país estrangeiro, para que a sua identidade seja preservada e a sua cultura, que é veiculada por sua língua materna, seja mantida, mesmo em meio ao processo de integração a uma nova sociedade (PERES, 2015, p. 29-30).

A aprendizagem do idioma do país que o recebe, auxilia na resolução de vários problemas que o migrante tem, como a melhoria da vida socioeconômica deste, já que através da aquisição do novo idioma, o migrante consegue, mais facilmente, emprego, acesso a bens e serviços que antes não lhe era possível por problemas financeiros. Sendo assim, é indiscutível o quanto o ensino da língua é importante e relevante na vida do refugiado, ainda mais no Brasil onde, infelizmente, ocorre certa

discriminação com migrantes que não sejam de origem caucasiana e europeia (SÃO BERNARDO, 2016).

Sene (2017) diz que o ensino-aprendizado acolhedor facilita e promove a integração deste migrante na sociedade, oportunizando crescimento profissional, construção de amizades, segurança e conforto, que o conhecimento do idioma traz, eliminando conflitos, tensões e desconforto. A autora ainda acrescenta que “o ensino-aprendizagem dessa língua pode também colaborar para que o(a)s migrantes construam processos de ressignificação ou mesmo re-existência, uma vez que aprender/adquirir uma língua forja identidades” (SENE, 2017, p. 29), já que, através da linguagem, forma-se a personalidade de cada indivíduo, seja este idioma nativo ou não, ele é responsável pela subjetividade presente em cada pessoa, não existindo identidade antes ou fora da linguagem. (RAJAGOPALAN, 1998).

Portanto, o ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) é de caráter de urgência e afetivo, favorecendo a inserção do imigrante em novos contextos sociais, devendo sempre se considerar o aspecto emocional e subjetivo da aprendizagem, tendo em mente possíveis conflitos que podem aparecer no início do processo de aprendizagem.

O acesso ao idioma do país que recebe este indivíduo, facilita o acesso deste a programas de auxílio ofertados tanto por instituições comandadas pela sociedade civil, como ONGs e igrejas, como também pelo Estado, sendo este último o que deveria oferecer todo o apoio a estes indivíduos que buscaram no refúgio e na migração uma saída para a crise que sua nação originária enfrenta. Porém não é o que se vivencia na prática se levarmos em conta a negligência do Estado em relação aos migrantes de crise, deixando de lado a estruturação de políticas públicas que abranjam o ensino da língua para esta população.

Apesar dos contingentes migratórios ocorrerem em âmbito nacional, os desafios se manifestam em âmbito local, e as

municipalidades precisam estar preparadas para enfrentá-los. Na maioria dos casos, o idioma é o primeiro desafio apresentado, e neste contexto, o ensino de português deve estar voltado para a integração desses indivíduos com a comunidade local (VALENTE, 2019, p.290).

Pereira (2017) diz que o domínio da língua é um fator essencial na integração do refugiado na sociedade, levado principalmente pelo fato de que a barreira linguística formada pelo não conhecimento da língua acolhedora limita os meios de sobrevivência desse indivíduo. Bakhtin expressa que é através da palavra, ou seja, linguagem, que o indivíduo se define em relação ao outro, fazendo surgir uma coletividade, sendo assim, é por entre as relações interpessoais, mediadas pela linguagem, que se constrói conhecimento e, conseqüentemente, se coloca no meio social.

Para Freitas (1997), sem o outro, o indivíduo não se envolve na corrente da linguagem, não desenvolve e nem realiza suas aprendizagens, não formando, assim, sua consciência de mundo, dificultando sua construção enquanto sujeito na sociedade. Tal afirmação se torna mais evidente se levarmos em conta a situação do indivíduo migrante que, ao sair de seu país, o qual possui, em sua maioria, idiomas totalmente diferentes da nação que o recebe.

Pegemos um brasileiro como exemplo, se para este, que nasceu e cresceu em uma interação social em língua portuguesa é, em certas situações, difícil manter relações interpessoais, arrumar um emprego e realizar algumas atividades que necessitam de comunicação clara e concisa, imagine para um migrante sírio realizar as mesmas atividades citadas, porém sem saber o idioma e nunca tendo vivenciado a cultura brasileira? Como fica a interação social deste indivíduo que vem de uma vivência de sofrimento, medo e incertezas? Como um indivíduo consegue ter sua dignidade de vida devolvida em um país de idioma diferente?

Tais perguntas cercam pesquisadores em muitos lugares do mundo, porém a resposta para tais questionamentos é menos complicada do que

parece. O aprendizado do idioma é o responsável pela maior parte da melhoria na qualidade de vida de migrantes e refugiados, seja ela qual for, tem um poder de abrir portas e derrubar paredes.

Neste artigo busca-se mostrar como a língua se faz a porta de entrada para uma vida digna, e a saída para muitos percalços enfrentados por este caminho árduo que migrantes e refugiados percorrem todos os dias.

7

Língua e Mediação

Oliveira (2006) diz que mediação é o processo de interação de um elemento que se interpõe em uma relação, que deixa de ser direta e passa a ser mediada por tais elementos. Esse processo é fundamental para desenvolver funções como memória, consciência, percepção, atenção, fala, pensamento e emoção, o que distingue o homem dos animais, sendo essencial para tornar possível atividades psicológicas intencionais que são controladas pelo indivíduo (Idem, 2006).

Toda atividade humana supõe algum tipo de mediação, o que não difere da aprendizagem, que ocorre através da interação (mediação) entre indivíduos, onde se empregam palavras como meio de comunicação e interação social. A este fenômeno, Vygotsky chama de sociointeracionismo, ou seja, a interação mediada pelo contato social e histórico.

Vygotsky via a mediação sob os seguintes aspectos: signo, palavra e símbolo. Signo para a vertente linguística é, segundo o dicionário Michaelis, uma “unidade linguística que consiste na combinação de uma imagem acústica, o significante, e de um conceito, o significado”, o que nos leva a palavra (significante), que é a unidade mínima da comunicação, construindo um enunciado. Segundo Kock (2003), a palavra é resultado de uma relação mútua entre falante e ouvinte, expressando o ‘um’ em relação ao outro. Já o termo símbolo significa, no dicionário Michaelis “uma relação

arbitrária com o objeto ou a ideia que representa, baseado somente em convenção”.

Tais conceitos apresentados acima, são essenciais para compreender o significado e o processo de aprendizagem. Estes meios utilizados pela mediação dependem da cultura, do contexto e da utilização que se faz deles, ditando a forma de comunicação e interação com o mundo e, conseqüentemente, entre o ensino e a aprendizagem. Sendo assim, a mediação se faz por meio de interatividade muito dinâmica em qualquer tipo de ensino, sendo essencial para a aquisição do idioma pelo migrante ou refugiado que necessita da linguagem para retomada de sua vida no país acolhedor.

Linguagem, para o Círculo de Bakhtin, materializa-se, quando inserido na sociedade, em enunciados concretos, compostos por vozes sociais, estabelecendo uma relação de alteridade, já que língua é compreendida como um movimento dialógico, que também é formada por enunciados concretos - elos da cadeia da interação verbal -, sendo efeitos da interação humana de dois indivíduos em uma sociedade organizada (BAKHTIN, 2006).

Segundo Souza (2018, p. 03), a língua “apresenta uma realidade extremamente dinâmica e viva diante das interações verbais dos interlocutores”, o que a coloca em constante evolução, portanto não deve se restringir ou distanciar esta de sua realidade evolutiva. Essa alteridade da língua “reconhece um destinatário ativo, um ser que não se limita à compreensão passiva diante do locutor” (SOUZA, 2018, p. 03), ou seja, o destinatário reage de maneira responsiva à mensagem recebida, o que resulta em resposta, relacionando-se dentro de um plano dialógico.

Vygotsky e Bakhtin, “consideram a linguagem como fator fundamental no processo de conhecimento do mundo”, e que a constituição do sujeito se dá através de suas interações sociais. Além disso, para ambos os conceitos de linguagem verbal e signo ultrapassam o

entendimento de que são meros “instrumentos transmissores de significado”, se classificando como ferramentas de “significação e manifestação social do organismo” (OLIVEIRA, 2012, p.02).

Vygotsky diz, segundo Oliveira (2012, p. 11), que a linguagem se desenvolve “a partir de instrumentos linguísticos” e através da interação social, sendo assim, para o teórico, é na troca de experiências e vivências com os demais e consigo mesmo que se constituem “saberes, papéis e funções sociais”, formando conhecimento e consciência própria.

Aqui podemos ver a importância, portanto, a da linguagem e da interação social para o migrante, uma vez que é através desta, como já dito anteriormente neste texto, que a vida profissional, social e psicológica deste indivíduo será retomada de maneira mais eficaz e satisfatória para este sujeito.

A importância da Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados

Com tal conceitualização feita no capítulo anterior, nos voltemos à situação migrante e a sua relação com a língua. Para o ensino aprendizagem de um idioma para pessoas em situação de migração forçada, deve-se utilizar metodologias completamente diferenciadas das que vemos em cursos de idiomas, uma vez que a necessidade e utilização da língua no contexto migrante é distinto do usado para ensinar um idioma para alguém que quer aprendê-lo.

O ensino aprendizagem do idioma a um migrante utiliza-se, portanto, do método de acolhimento, sendo assim a língua adota uma característica de “Língua de Acolhimento”, dentro do ensino de Língua Portuguesa, chamamos tal vertente de Português como Língua de Acolhimento, ou PLAc. Lopez e Diniz (2018), que definem o termo como “a ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA)” dedicada a pesquisa e ensino

de Língua Portuguesa para migrantes em situação forçada e vulnerável, que não possuem o português como língua materna.

O interesse pelo português parte, muitas vezes, de necessidades específicas de aprendizado, dessa forma, temos dentro desse grande sistema de português como língua estrangeira (PLE) diversas especialidades de ensino e aprendizagem, tais como o português como segunda língua (L2/LS), português como língua de herança (PLH), português como língua adicional (PLA) e, a mais recentemente, o português como língua de acolhimento (PLAc), dentre outras que existem e vão surgindo (SENE, 2017, p.24)

10

Pereira (2017) diz que o termo “língua de acolhimento” surgiu “no contexto português após o aumento dos movimentos migratórios para Portugal, sobretudo no ano 2000, procedentes de países do leste europeu e dos continentes africano e asiático” para agregar um novo significado ao ensino-aprendizagem do idioma oficial do país que acolhe o migrante no programa Portugal Acolhe, criado pelo Estado português.

O Português como língua de acolhimento (PLAc) assume um papel de destaque nas discussões tanto dentro da área da linguística como dos direitos humanos e sinaliza a necessidade de que teoria e prática (academia e empiria) dialoguem e estabeleçam as bases deste fazer respeitando as características do ensino de Português Brasileiro como língua não materna e como língua de acolhimento (COSTA & TAÑO, 2017, p.78).

Para Grosso (2010) o conceito de língua de acolhimento tem uma definição próxima de conceitos como língua segunda e língua estrangeira, mesmo que seja distinta de ambas, já que é utilizada em um contexto diferente que as supracitadas.

É um conceito que geralmente está ligado ao contexto de acolhimento, expressão que se associa ao contexto migratório, mas que, sendo geralmente um público adulto, aprende o português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática. (GROSSO, 2010, p. 74)

Ainda para Grosso (2008), a aprendizagem da língua, neste contexto, ultrapassa o âmbito comunicativo e passa a ser uma ferramenta que visa a integração e a tomada de consciência de seus direitos e deveres, enquanto cidadão, conectando a aprendizagem da língua não somente com as “necessidades e os interesses deste aprendente, mas também com a necessidade socioeconômica e político-cultural em que se move.” (GROSSO et. al., 2008, p.13).

São Bernardo (2016) diz que o conceito de língua de acolhimento vai além da perspectiva de língua e cultura, abrangendo o aspecto emocional e subjetivo que um idioma possui, além da relação do migrante com a sociedade que o acolheu, já que este se encontra em uma situação de vulnerabilidade diante das situações que enfrentam em território estrangeiro.

São Bernardo (2016) ainda diz que a apropriação da língua acolhedora não é o fim do caminho para o migrante/refugiado, mas sim um meio de integração deste para com a sociedade do país que o recebeu. Como já dito anteriormente, a língua abre os caminhos para todo tipo de comunicação que, por sua vez, abre portas que levam qualquer um até onde quiser. Tal situação não é diferente para o refugiado, que somente através do diálogo com os demais irá conseguir, mais rapidamente, colocar sua vida socioeconômica nos eixos.

Quando se fala no ensino de uma língua para pessoas que estão fora do seu país, como é o caso dos refugiados, é preciso levar em consideração que estes carregam consigo elementos culturais que os caracterizam e diferenciam de imediato em relação aos cidadãos do país que o acolhe, como é o caso da língua materna e dos significados simbólicos atribuídos a essa língua. Há sempre um choque cultural na chegada a um novo país e a uma nova sociedade com características e costumes muito próprios e por vezes, bastante divergentes. Trata-se de uma vivência que em muitos casos poderá ser traumática, de perda de identidade cultural. Assim, é importante que a prática de ensino de uma nova língua seja realizada de forma que vá ao encontro das necessidades dessas pessoas, tendo em vista um intercâmbio entre culturas

que seja franco e não retoricamente suposto (PERES, 2015, p. 25).

São Bernardo e Barbosa (2018), dizem que aprender a língua-cultura do país que acolhe o refugiado, favorece a integração sócio profissional destes indivíduos, uma vez que o conhecimento gera mais oportunidades e proporciona a igualdade para todos, além de facilitar o exercício da cidadania, potencializando qualificações engrandecedoras para quem acolhe e para quem chega.

É no contato e nas diversas situações apoiadas pela relação entre as diferentes culturas e identidades que se ancora o aspecto intercultural. O entendimento de como os valores, as práticas e as crenças afetam o comportamento humano é fundamental para a concepção de programas eficazes que ajudem as pessoas e as nações a exercerem os direitos humanos (SÃO BERNARDO E BARBOSA, 2018, p. 478).

Sene (2017, p. 28), diz que no contexto de ensino que os migrantes se encontram, deve-se considerar “a necessidade e o desejo de ser acolhido(a) e a motivação ou mesmo a precisão de fazer parte da nova sociedade e de se integrar socialmente no país de acolhimento”.

Sendo assim o ensino de PLAc é de caráter de urgência e afetivo, favorecendo a inserção do migrante em novos contextos sociais, devendo sempre se considerar o aspecto emocional e subjetivo da aprendizagem, tendo em mente possíveis conflitos que podem surgir no início do processo.

O PLAc diferencia-se do português como língua estrangeira, acima de tudo, por conta das especificidades desse novo grupo de aprendizes da língua portuguesa, cuja carga cultural e ideológica é marcada pelo contexto social do refúgio. O indivíduo pertencente a esse grupo é visto como um cidadão indesejado, envolto em um problema social. Muitas vezes, o refugiado, depois de ser perseguido em seu país de origem, vê-se obrigado a fugir, esperando encontrar uma nova situação de vida. No entanto, muitos acabam sofrendo preconceito étnico, relatando que o desconhecimento de sua realidade leva a população do país de asilo a pensar que o refugiado é um fugitivo criminoso (PEREIRA, 2017, p. 128).

O aprendizado de PLAc tem o mesmo poder que qualquer outro tipo de educação, o de formar cidadãos críticos, que sabem de seus direitos e deveres, e que saibam como reagir em caso de desrespeito à sua garantia de ir e vir, ainda mais se levarmos em conta todo o estigma que se tem em volta dos migrantes.

Inclusão e exclusão social frente a língua

A língua, como já dito anteriormente, é o meio de comunicação mais eficaz que existe e tem um poder sobre a sociedade, fortalecendo relações, sendo o ponto principal para que haja entendimento entre as partes. É incontestável, portanto, a importância da mesma para um acolhimento mais eficiente dos refugiados do mundo inteiro. O fato de este povo ter a possibilidade de alavancar suas vidas através da aprendizagem do novo idioma é algo que faz muita diferença na acolhida dos imigrantes, já que esta ação dá autonomia ao sujeito.

Ao chegar no país de acolhimento se deparam com uma situação socioeconômica precária, marginalização, ilegalidade, falta de apoio social adequado, inadaptação linguística e cultural, desemprego, além de comumente esbarrarem na resistência dos nacionais e vivenciarem processos de exclusão pautados em um ideário sobre os migrantes como moralmente ambíguos ou desviantes, de alta periculosidade, portadores de desordem social, vistos como fontes de gastos públicos e pouco retorno econômico, social e cultural (PRADO E ARAÚJO, 2019, p. 576).

Porém, da mesma maneira que tal ferramenta leva à inclusão social, a falta do idioma os leva à situação oposta à exposta até o momento neste artigo, ou seja, à exclusão social. Sendo assim, o não saber o idioma acarreta em diversos problemas, sendo o principal e mais preocupante deles, a exclusão social.

Antes de falarmos da exclusão e inclusão do migrante, propriamente dito, devemos definir tais termos. Segundo Xiberras (1993, p. 21, apud

Wanderley, 1999, p.17), sujeitos "excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores". Segundo Sposati (1996), exclusão é a impossibilidade de partilhar, levando à uma vida cercada de privação, recusa, abandono e expulsão, com violência, se tornando algo social, não pessoal, uma vez que, tal ato é realizado pela própria sociedade. "A exclusão corresponde [...] a um sentimento de incompatibilidade entre os interesses coletivos próprios às comunidades em contato e o temor de uma "privação fraterna" afetando as posições e privilégios daquela à qual pertencemos" (JODELET, 1999, p. 58).

Segundo o dicionário Michaelis, inclusão social é "ato de trazer aquele que é excluído socialmente, por qualquer motivo, para uma sociedade que participa de todos os aspectos e dimensões da vida, isto é, dos âmbitos econômico, cultural, político, religioso etc.". Para Foucault, a inclusão é o processo de "disciplinarização dos excluídos", sendo assim, um processo de controle e "manutenção da ordem na desigualdade social" (SAWAIA, 1999, p. 107-108).

A exclusão é apenas uma percepção daquilo que se entende como privação de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança, mais conhecida por todos como estado de pobreza (MARTINS, 2009, apud. CARRYL, 2015, p.38).

Levando em conta o conceito de exclusão como sendo um processo que impossibilita indivíduos da partilha de bens e serviços produzidos pela sociedade, vemos que, migrantes ao chegarem ao Brasil não partilham, de imediato, de todos os direitos que um brasileiro tem, já que passam por um trâmite legal, até terem acesso a estas comodidades que lhes são de direito.

O refugiado é impedido (ou limitado) a expor suas necessidades e, também, [...] pela falta de conhecimento da língua. Ele não consegue ou têm muitas dificuldades de demonstrar o que trouxe como bagagem cultural e como

consequência não pode se afirmar ao “Outro” (PEREIRA, 2017, p. 125).

Porém, infelizmente, essa exclusão não deixa de existir após o alcance de tais materiais, pelo contrário, eles passam a ser excluídos pela população que os vê como estrangeiros que não deviam estar no país, que estão “roubando” a vaga de outro nos empregos, hospitais, e onde quer que estejam. Souza (1998, apud., GONÇALVES, 2018, p. 74), diz que “ser estrangeiro marca a alteridade, faz lembrar a condição estrangeira de cada um de nós e, portanto, tombar a presunção de ser “um”, inteiro, sem limites e único”.

Toda essa situação se agrava caso o migrante não tenha conhecimento do idioma, indo muito além da dificuldade de arrumar e permanecer em um emprego ou da integração na sociedade, passando por percalços na vida pessoal e social, além de abrir precedente para o aumento da exclusão que já se faz severa na vida destes que só necessitam que suas vidas melhorem em muitos aspectos.

As línguas não devem ser vistas apenas como meio de comunicação, elas representam também a transmissão de experiências entre os povos. É o que estabelece a convivência com outros indivíduos, criando um vínculo entre o sujeito e o coletivo ao qual pertence, contribuindo na formação da sua identidade e valores culturais (PERES, 2015, p. 25).

Portanto, na tentativa de eliminar, ou amenizar ao máximo, essa exclusão, a língua entra como grande aliado do migrante, uma vez que se faz um modo de empoderamento do indivíduo que passa a se ver como um cidadão, como os nativos do país acolhedor e que possui e deve exigir que seus direitos sejam cumpridos, como também possui seus direitos como todos. Esse empoderamento deve ser passado e ensinado pelo docente que ensina a língua, já que este tem nas mãos o poder de revelar todas as novas possibilidades que a língua traz, demonstrando que, através da linguagem o indivíduo se torna dono de si, podendo se expressar da maneira que quiser.

Nessa situação de imigração forçada, como a busca por refúgio, aprender a língua do país de acolhimento favorece a inclusão social e profissional de imigrantes. Esse conhecimento gera maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potencializa experiências enriquecedoras para quem chega e quem acolhe (SÃO BERNARDO, 2016, p. 19).

Segundo São Bernardo e Barbosa (2018, p.485), ao ser imerso em uma “realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um saber diversificado como: saber agir e saber fazer”, ou seja, ao chegar a um país de língua e cultura diferentes da realidade país nativo do migrante, esse indivíduo deve se adaptar a este lugar, sendo o primeiro e principal passo dessa adaptação, o conhecimento da língua, uma vez que é através desta que se adquire cultura conhecimentos sobre determinado povo.

São Bernardo e Barbosa (2018. p.485) ainda dizem que o migrante vai além dessa “tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas nessa língua” tendo a possibilidade de se tornar um cidadão do país que o acolheu, “cultural e politicamente consciente, participando como sujeito da sociedade”.

A língua, por fim, se faz muito mais que uma ferramenta de inclusão social ou de empoderamento deste indivíduo diante da situação na qual se encontra, ela se transforma em uma ferramenta de completa mudança para este, tanto no sentido profissional e social, quanto em seu interior, já que um idioma forja identidades. Através desta nova identidade, o migrante se faz cada vez mais presente e ativo diante da sociedade que o recebeu, levando-o a atingir a autonomia e a liberdade tão desejadas quando deixou seu país de origem em busca de uma vida mais digna e segura.

Considerações Finais

No presente artigo, tentou-se explicitar como o saber ou não-saber o idioma vigente no país que recebe o indivíduo migrante influencia na vivência e retomada da dignidade de vida de tais indivíduos. Além de expor como acontece o processo de inclusão e exclusão de migrantes e refugiados, processo esse que vai além da língua, mesmo que esta seja a solução para grande parte destes.

A inclusão do migrante se assinala como um assunto que requer bastante discussões e atenção, uma vez que tal ato se configura, na vida deste indivíduo, como um divisor de águas, abrangendo todas as áreas da vida deste, melhorando sua qualidade de vida no âmbito financeiro e social, o que já se faz grande mudança e melhora em suas vivências, lhe devolvendo não só a autonomia, mas a vontade de seguir em frente e viver a nova vida no país que o recebeu, ultrapassando e quebrando todas as barreiras que antes enfrentava por ser um refugiado ou migrante. Tal inclusão se dá, em sua maior parte, através do idioma que é adquirido por indivíduos migrantes que não tenham a língua portuguesa como língua materna.

Uma tratativa que auxiliaria na resolução de problemas aos quais o aprendizado da língua não resolve é a conscientização da população local de que tais indivíduos não são inimigos. Primeiro porque não vieram para o país por vontade própria, sendo forçados a isto ao fugirem da pobreza, guerra, desastres naturais, entre muitos outros motivos que os levaram a largar suas nações. Segundo que, da mesma maneira que todos lutamos por um lugar ao sol, em busca de uma vida melhor a cada dia, lutando arduamente para isto, com os migrantes não é diferente, sendo o papel do cidadão local a acolhida e auxílio em momentos de angústia destes que além de buscarem uma qualidade de vida economicamente, precisam se integrar à sociedade que os recebe.

As ações de inclusão do migrante e de conscientização da população nativa, devem ser realizadas pelo Estado que, em conjunto com a sociedade civil, buscarão as melhores maneiras de tratar tal situação,

devendo ser incluídos ainda os migrantes dentro de tais intervenções, construindo um caminho rumo a dignidade de toda uma população que não tem culpa dos problemas que enfrentou durante sua caminhada rumo a segurança, autonomia e qualidade de vida.

Sendo assim, a resolução da exclusão social de migrantes e refugiados passa pela importância da língua diante de tal situação, sendo um caminho de duas vias, enquanto a língua for um problema, muitos outros percalços surgirão, sendo de sobremaneira a porta de entrada para uma qualidade de vida maior, com mais liberdade, autonomia e dignidade para estes indivíduos que sofrem diante de seus problemas, deixando família e sonhos para trás em busca de sobrevivência

Por fim, concluo que é somente através de um trabalho realizado em parceria entre todos, que o respeito, a inclusão e o acolhimento humano serão, cada vez mais, realidade na vida de indivíduos migrantes e refugiados, que poderão ter suas vidas devolvidas, com todos os direitos que devem ser garantidos a todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua condição social, religião, cultura, idioma e problemas enfrentados em seu caminho.

A liberdade é o bem mais precioso que o ser humano pode ter, e nada, nem ninguém pode tirar esse direito de qualquer ser humano, seja ele quem for, onde resida, em que acredite e no que pense, nada pode tirar dele a sua liberdade de ser quem ele é e deseja ser, desde que haja mais respeito entre os lados, a liberdade será natural. Essa é uma luta de todos que buscam um mundo mais justo e melhor para viver.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

COSTA, Eric; TAÑO, Renata. **Ensino de Português Como Língua de Acolhimento a Imigrantes e Refugiados em São Paulo**. Revista CBTeCLE nº2, v. 1, n. 2, p 75-97. 2017.

FREITAS, M. T. A. **Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível**. In: Brait, B. (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. São Paulo: Unicamp, 1997.

FLORÊNCIO, Sérgio. Apresentação. In: LIMA, João B. B. [et al.]. **Refúgio no Brasil : caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília : Ipea, 2017

19

GONÇALVES, Zuelika da Silva. **Migrantes haitianos em Três Lagoas/MS: trabalho e inserção social**. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019

GROSSO, M. J. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77.

GROSSO, M. J., TAVARES, A. e TAVARES, M. **O Português para falantes de outras línguas: o utilizador elementar no país de acolhimento**, DGIDC, IEFPP, ANQ, Lisboa, Ministério da Educação, 2008.

JODELET, Denise. Os Processos Psicossociais Da Exclusão In. SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 1999, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, João B. B. [et al.]. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

MARQUEZ, Isabel. **Prefácio**. In: LIMA, João B. B. [et al.]. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. Apud. CARRYL, Julian Anthony Murray. Exclusão Social do Trabalhador Imigrante e Seus Direitos Sociais. FABE em Revista, Bertiooga, V.5, n.6, 2015

OLIVEIRA, Angela Francisca Mendez de. **O Aspecto Social em Bakhtin e Vigotski**. Web-Revista SOCIODIALETO: Bach., Linc., Mestrado-Letras-UEMS/Campo Grande, v. 2, nº 1, jul. 2012

20

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2006.

PEREIRA, Giselda Fernanda. **O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 118-134, jan./jun. 2017. DOI 10.5935/cadernosletras.v17n1p118-134.

PERES, Gabriela. **Situação Linguística de Refugiados Sírios no Brasil: o Ensino de Português como Língua de Acolhimento**. Monografia (Bacharelado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina. 50 f. Florianópolis, 2015.

PRADO, Marco Aurélio M.; ARAÚJO, Suzana Almeida. **Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia**, 2019. Psicologia Política. vol. 19. nº 46. pp. 570-583. set-dez. 2019

RAJAGOPALAN, K. **O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical**. IN.: SIGNORINI, I. Língua(gem) e identidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Português como língua de acolhimento : um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil**. São Carlos : UFSCar, 2016. 206 p.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de; BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. **Ensino de Português Como Língua De Acolhimento: experiência em um curso de Português para Imigrantes e Refugiados(as) no Brasil**. In: fólio - Revista de Letras, [S.l.], v. 10, n. 1, ago. 2018. ISSN 2176-4182.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 1999, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ.

SENE, Lígia Soares. **Objetivos e Materialidades do Ensino de Português como Língua De Acolhimento: um Estudo de Caso**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília. Brasília, p. 206. 2017

SIM-SIM, Inês. **Desenvolver a linguagem, aprender a língua**. In A. D. Carvalho (org.), *Novas Metodologias em Educação*, Col. Educação, nº8, 2002, pp. 197-226. Porto. Porto Editor

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SOUZA, Cristina Wagner de. Polifonia, **Dialogismo e Gênero: a Presença de Bakhtin nas Aulas de Língua Materna**. 2018

SOUZA, N. S. **O estrangeiro: nossa condição**. In C. Koltai (Org.), *O estrangeiro* (pp. 155-163). São Paulo: Escuta, 1998.

GONÇALVES, Zuleika da Silva. **Migrantes haitianos em Três Lagoas/MS: trabalho e inserção social**. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019

UNHCR ACNUR. ACNUR Brasil, 2021. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

VALENTE, P. DE P. **Português como Língua de Acolhimento para acesso a Direitos Humanos: Políticas Linguísticas e Reflexões a partir da análise de materiais didáticos para migrantes**. Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades, v. 7, n. 2, 31 dez. 2019.

XIBERRAS, Martíne. **Les théories de l'exclusion**, Paris, Meridiens Klincksieck, 1993. Apud. WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In. SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da Exclusão Análise*

Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 1999, Editora Vozes Ltda.
Petrópolis, RJ.